

*ENTREVISTA – Prof. Nildo Ouriques: Ciência, tecnologia e revolução brasileira em discussão**

*Frank Antonio Mezzomo***

*Antonio Carlos Aleixo***

Nildo Ouriques é professor adjunto do Departamento de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Dedicou-se aos estudos latino-americanos e se ocupa especialmente do tema da dependência e do subdesenvolvimento, desde uma perspectiva marxista. Para atender simpaticamente ao convite dos organizadores do IV Encontro de Produção Científica e Tecnológica – EPCT, ele esteve na Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, em outubro de 2009, para proferir palestra sobre o papel da universidade, da ciência e tecnologia e o papel do Estado no projeto de desenvolvimento nacional. Atendendo a nosso pedido, concedeu-nos a entrevista a seguir, para ser publicada pela Revista NUPEM. Nosso interesse é apresentar, publicamente, o pensamento e a proposta de um dos principais intelectuais latino-americanos, atualmente.

Nildo Ouriques é presidente do Instituto de Estudos Latino Americanos (IELA), com sede na Universidade em que é professor. Seu vínculo com o continente vem desde o doutorado em Economia na Universidade Autônoma do México (UNAM), passando pelas reflexões e militância dos demais países (no momento em que editamos esta entrevista, Nildo Ouriques encontra-se em Caracas, como pesquisador visitante, no Banco Central da Venezuela). Também professor do programa de doutorado em Desenvolvimento Econômico da Benemérita Universidade de Puebla, seu pronunciamento, para estudantes e professores da Fecilcam pode ser considerado um fragmento de ação militante, dado o conteúdo e as agudas afirmações do professor, em defesa de uma revolução nacionalista latinoamericana.

A provocação inicial da entrevista se deu em torno da história dos órgãos de financiamento e promoção de ciência e tecnologia, o que motivou o debate em torno da necessidade de o capitalismo assumir as ferramentas da ciência para efetivar-se e sobreviver, mas, necessariamente, para os países centrais controlarem tecnologicamente os periféricos.

Segundo o professor, é ingênuo acreditar que o Brasil está no grupo dos desenvolvidos tecnologicamente e que os recursos aplicados na ciência e na tecnologia são suficientes, pois a elite brasileira faz o discurso da inovação e não da produção tecnológica, que permitiria a autonomia do país, em se tratando, por exemplo, de exportação de tecnologia. *“Nós temos um gigantesco superávit comercial na exportação de soja, de produtos agrícolas e minerais e temos, por outro lado, um gigantesco déficit na área de microeletrônica”*, diz Ouriques.

Nesse sentido, tanto a universidade, como estrutura, quanto os pesquisadores seriam responsáveis pela dependência científica e isso contribui para a dependência política e econômica. Os pesquisadores brasileiros, mestres e doutores, em geral desenvolvem pesquisas de curta duração e quase sempre de modo acidental, motivados por chamadas fortuitas, para financiamento, que não levam em consideração a necessidade de um projeto revolucionário. Corta o texto, transversalmente, e, por diversos momentos de forma explícita, a defesa de uma ruptura, principalmente com o modelo dominante estadunidense. A única maneira de iniciar um projeto de autonomia seria uma ruptura, como fizeram França, Inglaterra, EUA, Japão, China. A crítica cortante se estende desde o projeto da ditadura militar – que teria se baseada na exploração dos trabalhadores, passando pelo governo de Fernando Henrique Cardoso – *“transformou o Brasil numa colônia dos EUA”* – e chega ao governo atual, de Lula da Silva, que promove uma mudança lenta e não promove rupturas. Outro enunciado inequívoco na entrevista é o que afirma que o subdesenvolvimento, e conseqüentemente a saída do mesmo, não está no planejamento, mas no projeto político.

Nildo é otimista, entretanto, com as perspectivas da ação: O atual governo brasileiro tem excelentes relações com países onde já há o esboço ou a execução do que chama *“nacionalismo revolucionário”* – Venezuela, Equador, Bolívia, Cuba – e o que estaria faltando é a decisão política dos pesquisadores e professores universitários.

O propósito desta publicação é disponibilizar o pensamento de um acadêmico, da área de pesquisas econômicas e políticas, que não dispensa a dureza da crítica militante sem perder a esperança e a sensibilidade do

educador e o olhar atento do pesquisador.

Revista NUPEM: Para início de conversa o senhor poderia fazer uma breve retrospectiva histórica, talvez dos últimos cinquenta anos, da ciência no Brasil tendo em vista, sobretudo, que instituições como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SPBC, 1948), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, 1951) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 1951) foram criadas em finais da década de 1940 e início de 1950?

Prof. Nildo Ouriques: Bem, o que nós temos que ter claro é que, no capitalismo, a ciência se transformou na principal força produtiva. Não é algo novo e tem se expandido, sobretudo, após a 2ª Guerra Mundial (1939 – 1945). A ciência se transformou na principal força produtiva, em absolutamente tudo e em todos os campos do pensar: desde a valorização do capital até a revolução nuclear. No capitalismo a ciência comanda as atividades na área da agricultura, da indústria química, do controle biológico. Enfim, a ciência está presente como fato histórico e como realidade totalizante do capitalismo. A questão é que o capitalismo está dividido entre países centrais e países periféricos e no Brasil se perdeu a consciência de que somos um país subdesenvolvido. Daí, conforme mencionado na pergunta, certo otimismo que se tem em relação as possibilidades do desenvolvimento científico, otimismo ingênuo, diga-se, porque não se sabe o que está acontecendo no mundo e nem sequer na realidade nacional. Mas advirto, não por acaso, não é por falta de inteligência, é por interesse da elite brasileira.

Revista NUPEM: Elite brasileira? A quem o senhor está se referindo especificamente?

Prof. Nildo Ouriques: Refiro-me aos latifundiários, ao empresário produtivo nacional, às multinacionais, banqueiros, aos blocos que dirigem o Brasil. Para ter uma idéia, a elite brasileira joga sempre sua atenção no discurso da inovação e não no desenvolvimento científico e tecnológico. A pauta de exportação brasileira que é motivo de orgulho colonial é basicamente feita de produtos agrícolas e minerais. Isso fica claro com os

índices do IEDI, que fez uma divisão muito útil para podermos refletir sobre a sua pergunta inicial: produto de alta densidade tecnológica, produto de densidade tecnológica média e produto de densidade tecnológica baixa. O que ocorre com o Brasil? Fica evidenciado que o grosso do *superávit* comercial brasileiro é feito em produtos de baixíssima densidade tecnológica. Nós temos um gigantesco *superávit* comercial na exportação de soja, de produtos agrícolas e minerais e temos, por outro lado, um gigantesco *déficit* na área de microeletrônica.

Por isso entendo que é uma verdadeira catástrofe o que está acontecendo no campo científico e tecnológico brasileiro. Não é que não exista capacidade científica no Brasil. Há, sim, ausência de uma política científica e tecnológica digna de este nome, comprometida com a superação do subdesenvolvimento e dependência. É um desastre ainda maior porque as pessoas estão absorvidas numa consciência ingênua, mas basta demonstrar a pauta de exportação brasileira para constatar o engodo. Um aluno de segunda fase do curso de Economia já percebe que o Brasil entrou em um problema gravíssimo: a dependência tecnológica em quase todas as áreas. Com isso, não importa que o Brasil tenha alguns nichos pequenos de desenvolvimento tecnológico – como a exportação de aviões – e sim que 92% da pauta de exportação é de produtos agrícolas e minerais.

Revista NUPEM: Nesse processo de dependência tecnológica a que o senhor se refere, como se encontra a universidade brasileira?

Prof. Nildo Ouriques: Eis o contraste, porque, embora as universidades se ampliem, acontece que os pesquisadores, mestres e doutores, encastelam-se em seus títulos, envolvem-se em projetos de curta duração e geralmente formulados de maneira acidental. Isso significa jogar dinheiro fora. O título acadêmico rigorosamente não serve para nada se o seu portador não colocar esse saber em ação e produzir conhecimento para o Brasil, para compreensão e *transformação* de nossa situação política e econômica. Lamentavelmente, a maioria dos professores se ocupam quase exclusivamente com publicações em revistas científicas dos países centrais que, em não poucos casos, são pura simulação intelectual. Qual é o contraste? O contraste é que temos uma quantidade imensa de publicações

em periódicos nacionais e internacionais, mas o Brasil amarga um imenso atraso no registro de patentes. Veja o contraste entre a quantidade de *paper* que produzimos e a falta de patentes. Aliás, ironicamente, usamos esta expressão do inglês, demonstrando nossa mentalidade colonizada, e não registramos patente que é o símbolo máximo da independência intelectual. Com isso não estou afirmando que não se deve publicar, mas vale a indagação: com qual objetivo publicamos? Outro equívoco de nossa política de publicação é a valorização de revistas estrangeiras em detrimento daquelas publicadas no Brasil.

Revista NUPEM: O senhor está acenando para necessidade de mudança radical na estruturação da sociedade?

Prof. Nildo Ouriques: Sim e é o que chamo de uma revolução brasileira voltada a promover uma transformação gigantesca das nossas estruturas subdesenvolvidas, voltadas para sua superação. Redimir o país da miséria e retirá-lo do raquitismo econômico e político em escala internacional. É esse o drama científico e tecnológico. Uma demonstração clara da distorção de uma política pró-desenvolvimento científico e tecnológico é saber que em 2008 o Brasil destinou quase 34% de seu orçamento para o pagamento da dívida pública e da dívida externa e destinou menos de 2% para a ciência e tecnologia. Os recursos existem, porém são destinados equivocadamente. Lamentável é saber que ainda há aqueles que acham que a política econômica é boa, que a estabilidade é adequada, que os salários não estão ruins, que o nível de emprego está bom, que a crise econômica não nos abateu, que os produtos estão baratos. Aqueles que fazem semelhante diagnóstico não estão vendo que nós estamos queimando patrimônio, rigorosamente queimando o patrimônio público.

Revista NUPEM: O senhor aponta para equívoco da política econômica exportadora brasileira?

Prof. Nildo Ouriques: Sim, estão queimando nossa riqueza e a hora que despencar mais o valor das mercadorias que exportamos nós vamos encontrar uma realidade muito grave e os empresários brasileiros são os mais analfabetos nisso. Por outro lado, a maioria dos economistas trata de

justificar esta situação, justificam a ordem dominante. Neste contexto não dá para escutar os economistas porque eles são os responsáveis em grande medida pelo que está posto aí, pela falta de consciência, sobretudo. Nós temos a função de esclarecer isso porque o mundo moderno é baseado na ciência e na tecnologia e nós temos um grande potencial nas universidades mas que jamais será utilizado adequadamente porque sem a ruptura com a dependência não será possível.

Revista NUPEM: A desestruturação da Universidade brasileira a que se refere é de longa data?

Prof. Nildo Ouriques: Isso está relacionado basicamente a dois acontecimentos: o primeiro com a ditadura, do que, aliás, não tenho nenhuma saudade, e o segundo com a chegada de Fernando Henrique Cardoso (FHC) à Presidência da República. Há que se entender que não houve ruptura no Brasil desde a sua ocupação pelos portugueses no século XV e sem ruptura não se gera nova sociedade. Aqui no Paraná há um contraste muito grande no campo da educação quando se compara o governo liberal de Jaime Lenner e os oito anos do governador Roberto Requião. Esse contraste nós não temos no Brasil. A ruptura que vemos com Requião é fundamental. A ruptura é salutar. Na história dos Estados Unidos, na França, na Inglaterra, na Alemanha, no Japão e na China se percebe que a mudança somente ocorreu mediante a ruptura. É ruptura! Há aqueles que dizem: *'mas uma revolução é muito violenta'*. Ora, nós "gastamos" milhares de vidas humanas todos os anos, toleramos e aceitamos um grau de violência cotidiana no país sem nada em troca. Quero grandes rupturas porque as rupturas educam. As transições, essas calminhas, não mexem com o *status quo*. Nós não tivemos ruptura na história do Brasil e desde a experiência da ditadura militar a elite brasileira espraia-se num projeto sub-imperialista que coloniza nossa mente e em parte nossa universidade.

Revista NUPEM: O senhor quer dizer que no período da ditadura militar até os anos do governo de Fernando Henrique Cardoso houve um planejamento equivocado para o desenvolvimento do Brasil?

Prof. Nildo Ouriques: Não é problema exclusivo de planejamento e sim de

um projeto político. Agora qual é o projeto político nosso? A ditadura tinha um projeto político baseado, sobretudo, na super exploração do trabalho e no endividamento externo. FHC liquidou o projeto do Brasil tornando-o uma colônia dos Estados Unidos. Durante o governo do presidente Lula o que se percebe é uma transição excessivamente lenta e sem rupturas. Se a gente não romper claramente com as potências dominantes nós não vamos sair de nossa condição de subservientes. Olha o exemplo da proclamação da independência dos Estados Unidos em relação à Inglaterra. Teve uma ruptura! O exemplo da China é uma ruptura interna. A ruptura que a França fez com a Revolução Francesa (1789) gerando muito sangue, muita violência. É na ruptura que o país aprende, se limpa, depois cresce, sai revigorado. Qual o problema brasileiro? Nós vamos sangrando permanentemente. Voltando a sua pergunta, eu diria que não é planejamento, e sim, um projeto político autônomo, o que vai contra as diretrizes oriundas de Washington.

Revista NUPEM: Os investimentos públicos têm sido direcionados adequadamente na educação formal da população brasileira? Modalidades de Programas como de Iniciação Científica Júnior (ICJ), Iniciação Científica (IC) e bolsas de estudos para Programas de Pós Graduação Stricto Sensu são investimentos adequados e acertados?

Prof. Nildo Ouriques: São absolutamente insuficientes. Em relação à concessão de bolsas, eu entendo que nós ficamos durante muito tempo sem nada, logo quando vem alguma coisinha a gente acha que é bom. E é bom! É efetivamente bom porque ninguém vai desenvolver ciência e tecnologia se não estiver 24 horas trabalhando com ciência e tecnologia. Ninguém vai desenvolver conhecimento em economia, em psicologia se não estiver trabalhando diuturnamente nisso. Para trabalhar precisa, primeiramente, uma dedicação exclusiva, segundo ter condições estruturais como bibliotecas, laboratórios, equipe de trabalho. Aqui começa o problema, nós não temos! O Brasil é um país sem bibliotecas. Nesse sentido o aumento das bolsas é positivo. Contudo, o que está acontecendo torna-se inútil se não se faz todo o ciclo de investimento porque surgem os gargalos. A CAPES e o CNPq agora, por exemplo, têm autorizado poucas

bolsas na modalidade sanduíche. Além do que temos que ter uma política que não se limite a bolsas e sim que estabeleçam parcerias com grandes laboratórios, grupos de pesquisas e estabeleça convênios com países como Irã, China, Índia, Rússia, África do Sul e, em algumas áreas, com o próprio Estados Unidos. Há que se criar um grande programa científico e tecnológico. Nós não temos! A verdade é que o programa econômico do atual governo não permite o desenvolvimento científico e tecnológico porque, por vezes, fica alienado a joguinhos diplomáticos, ao toma lá da cá. Isso é um atraso!

Enfim, quero dizer com isso que as pequenas medidas (concessão de bolsas, por exemplo) que são positivas em curto prazo, são meramente paliativas. Colocando num horizonte mais amplo, percebemos que elas são de alcance mediano. Uma bolsa aqui, duas bolsas para estudantes acolá, dois computadores oriundos de outro projeto, prêmio destaque, uma viagem de estudos etc. são insuficientes porque quando se olha no geral e na longa duração, percebe-se que estamos conseguindo somente nos manter alfabetizados, mas não promovendo desenvolvimento de impacto, isso é grave!

Revista NUPEM: Nas ações tomadas pelo Ministério de Ciência e Tecnologia não há mudança de percurso, de planejamento estratégico?

Prof. Nildo Ouriques: Não, não tem nenhum processo de mudança. De certa forma são tomadas algumas medidas positivas, como destaquei há pouco, mas não há um Programa mais amplo de longo alcance. Qual é o programa? Eu conheço bem o que diz a CAPES, o CNPq, a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Ministério da Educação e o Ministério da Cultura. Qual é o projeto de desenvolvimento científico e tecnológico que o Brasil tem? Não tem. Não é que não existe esforço, por exemplo, como da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) que desenvolve projetos articulando profissionais e professores de diferentes Instituições de Ensino Superior e laboratórios. Isso é inteligência! Quero sublinhar isso, isso é capacidade científica. O foco é articular num grande programa. Do contrário não dará frutos.

Na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que está completando 50 anos de fundação, vejo professores que são reconhecidos na área tecnológica se aposentando e completamente frustrados. Por quê? Porque, embora sejam reconhecidos como “celebridades” na área da pesquisa, são ignorantes politicamente, na medida em que contentaram-se com as migalhas conquistadas, como por exemplo, na organização de um laboratório, apoio para uma viagem de estudo etc. e não reivindicavam do Estado um Programa articulado de pesquisa. Entendo que esse grande cientista é um analfabeto político e o cientista analfabeto politicamente é um perigo tão terrível quanto o analfabeto. Um cientista que não entende de política é um sujeito muito perigoso porque, além de ser um sujeito ignorante, ele pensa que está fazendo a grande ciência quando na verdade está reproduzindo a hostilidade á política que é prejudicial à ciência.

Revista NUPEM: Nesse raciocínio pode-se concluir que o aumento de recursos para ciência não surtirá efeito desejado?

Prof. Nildo Ouriques: Podem aumentar os recursos, se não estiver articulado a uma política científica revolucionária, uma mudança substancial do país não tem mudança nenhuma. Somente aumento de recursos não é suficiente. Nosso problema científico não é apenas orçamentário, ainda que exista um problema dessa natureza.

Revista NUPEM: O senhor aponta como alternativa de mudança a transformação radical da estrutura do Estado brasileiro e isso não vai ocorrer por meio do próprio Estado, por exemplo, do sistema democrático?

Prof. Nildo Ouriques: Não! Isso somente através de numa revolução. Quero dizer o seguinte, quando Karl Marx disse que tudo o que é sólido se desmancha no ar significava que deve se desfazer nossa concepção de mundo, de cultura, de estrutura. Agora, não há a menor possibilidade de mudança substancial no Brasil nisso que se chama de regime eleitoral e não democrático. Nós temos que pensar numa revolução brasileira. Essa é a luta que para ser realizada requer que façamos uma grande estratégia revolucionária para o Brasil, que se inicia com uma ruptura radical com os

Estados Unidos, com as multinacionais e com o latifúndio. O poder deve estar com o povo para ele decidir as grandes questões da organização socioeconômica. Esta revolução será efetivamente democrática e não apenas eleitoral, entende?

Revista NUPEM: Essas mudanças não partiriam de um líder.

Prof. Nildo Ouriques: Veja que não estou dizendo que é de um líder. A liderança deve despertar do povo inteiro. Ou tem isso ou não haverá nada. Aqueles que dizem 'ah o povo nunca vai despertar' estão errados, estão profundamente errados. Os povos despertam. Não tem como sustentar um regime de exploração. Nos Estados Unidos quando houve a grande Guerra de Secessão (1861) ninguém pensava em guerra civil e ocorreu. A Revolução Francesa não estava prevista e aconteceu.

Revista NUPEM: Alguma liderança ou movimento social seria o porta-voz dos reclamos sociais? As condições materiais objetivas estão dadas para um empreendimento dessa natureza?

Prof. Nildo Ouriques: Não, mas a questão a ser analisada é que também não tinha nada na Venezuela, no Equador e na Bolívia e nasceu. Não tem no Brasil, mas não pode nascer.

Revista NUPEM: Na sua avaliação qual é o ingrediente fundamental para que ocorra a revolução?

Prof. Nildo Ouriques: A necessidade do povo, os grandes impasses do país. Nós estamos descobrindo uma riqueza que é o petróleo marítimo e o povo tem que pensar que entre os séculos XVI a XVIII nós tivemos os ciclos da borracha, do ouro, dos minérios e o país empobreceu. Agora com o novo ciclo do petróleo o que vai acontecer? A elite vai jogar fora como jogou noutros tempos. Há que se entender que tem uma mudança acontecendo na Venezuela de Hugo Chavez e na Bolívia de Evo Morales. Temos que acompanhar essa história. O Brasil não pode continuar sendo um país preso a esses dilemas pequenos e não apreender com sua história e a experiência internacional.

Revista NUPEM: O debate atual, não somente no Brasil como em parte da América latina, tem girado em torno da matriz energética. Tem sido assim com o petróleo venezuelano, com o gás boliviano, com a Itaipu Binacional, entre outros exemplos. Na sua avaliação a nossa revolução passaria pela apropriação popular dos recursos minerais como no caso o petróleo brasileiro?

Prof. Nildo Ouriques: A Venezuela sempre teve petróleo, foi o país que propôs e foi membro-fundador da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) ainda nos anos de 1960. Mas somente agora está aproveitando o petróleo e um dos exemplos, por mais esdrúxulo que possa parecer, são os subsídios destinados para a seleção de futebol daquele país, que já não tem o desempenho pífio que tinha há poucos anos atrás. Aliás, não mais o *baseball* de origem estadunidense e sim o futebol. Há um grande despertar esportivo. Mas o que permitiu fazer isso? Foi a erupção do que eu chamo de nacionalismo revolucionário. O que permite aproveitar o petróleo na Venezuela, o gás na Bolívia, recuperar o petróleo no Equador? É o surgimento do nacionalismo revolucionário.

Agora quero fazer outro comentário. Se vocês lerem o discurso de posse do presidente dos EUA, Barack Obama, perceberão que é uma peça de um nacionalismo absurdo e recalcitrante. A mesma conclusão ocorre com os pronunciamentos de Nicolau Sarkozy, da França, de ligação com a direita nacionalista, igualmente para os discursos da senhora Ângela Merkel, da Alemanha, e do partido democrata japonês que volta ao poder depois de algumas décadas afastado. Aqui a contradição: os políticos, os intelectuais e a imprensa brasileira não estranham o nacionalismo do Barack Obama, aliás nem o enxergam como nacionalista! Não vêem Sarkosy e a primeira ministra japonesa como nacionalistas, mas demonizam e vociferam ódio ao nacionalismo de Evo Morales, de Rafael Corrêa e de Hugo Chávez. O fato é que o nacionalismo na América Latina não é um nacionalismo qualquer e sim revolucionário! Porque a elite brasileira distorce e boicota as manifestações desses líderes? Porque ela vive de vender o Brasil para as multinacionais, para o estado metropolitano. Com isso quero assinalar que, em primeiro lugar, todos os países que tem muita ou pouca riqueza mineral, de terra, de espaço precisam ter essa consciência

de soberania nacional e esses países – Venezuela, Bolívia, Equador – estão fazendo uso racional dos recursos que possuem.

Enquanto isso, o Brasil, que tem talvez a maior biodiversidade do planeta e experiência no debate sobre biomassa, encontra-se consumindo uma agricultura baseada na utilização massiva de agrotóxicos. Ouvia nesses dias uma entrevista veiculada pelo jornal Folha de São Paulo em que um funcionário do governo federal denunciava a vulnerabilidade da Amazônia e a biopirataria internacional. Como evitar isso? Em primeiro lugar temos grandes laboratórios de pesquisa que podem desenvolver um trabalho de ponta. Em segundo lugar precisamos entender que países como o Brasil são dependentes e subdesenvolvidos e por não terem feito suas revoluções nacionais, são nações inconclusas.

O Brasil saiu de três séculos de colonialismo, 1500 a 1822, e de 1822 até o século XXI, que em tese somos um país livre, politicamente, encontramos-nos dependentes e subdesenvolvidos. Daí que o nacionalismo revolucionário, ao contrário de ser obsoleto, é absolutamente necessário porque só ele pode fazer a revolução nacional mantendo um controle completo do tempo e do espaço. Se não fizermos isso continuaremos um país dependente que, mesmo descobrindo a riqueza, seguirá jogando fora e enriquecendo outros países.

Revista NUPEM: O foco do debate travado no Congresso, nos estados brasileiros e em parte da sociedade civil, sobre a exploração do petróleo, está equivocado?

Prof. Nildo Ouriques: Claro, porque estão debatendo a destinação dos recursos provenientes da exploração do petróleo cru e não os derivados, a química fina. Estamos adotando quase o modelo mexicano. O que nos permite defender um nacionalismo revolucionário e discutir o tema integração latino-americana é a melhor forma de ocupação, de aproveitamento energético. Veja que 62% do território brasileiro está na Amazônia e ela se estende por outros países vizinhos. Então nós precisamos ter um controle desse território discutindo com o Equador, com a Bolívia, com o Peru, os termos sua utilização. A Amazônia não respeita fronteiras, é um sistema natural anterior às fronteiras definidas politicamente. Por isso

nós temos que definir políticas voltadas para essa realidade comungando no nacionalismo revolucionário. Percebem? Eu diria que todo este despertar latino americano e a utilização de uma base energética para o mundo tem que ser colocado e debatido.

Revista NUPEM: Essas discussões não foram colocadas ainda na década de 1950 pela Comissão Econômica para América Latina (CEPAL)? Qual é sua visão sobre a CEPAL?

Prof. Nildo Ouriques: Ela foi criada como um projeto burguês que tinha a idéia de fazer aqui um desenvolvimento do capitalismo autônomo. Pode-se dizer que tinha duas vertentes: a majoritária, de viés conservador, e a progressista. É correto afirmar que, atualmente, o grupo conservador é dominante. Outro aspecto da CEPAL é seu foco economicista, de orientação neoclássica que, lamentavelmente são muito limitados intelectualmente. A CEPAL deveria ser integrada por pensadores da Ciência Política, da História, da Geografia, enfim de todas as áreas de Ciências Sociais para, então, pensar um projeto integrado. Esse projeto, contudo, não pode mais ser pensado como um projeto para a burguesia e sim para os povos latino-americanos. A CEPAL, nos moldes atual, não passa de uma peça do conservadorismo. Inicialmente, precisamos conhecer com propriedade as reflexões de pensadores clássicos como Richard Cantillon, Adam Smith, David Ricardo, Bernard Mandeville e, no caso de América Latina, transpor o pensamento cepalino de Celso Furtado para a compreensão ilustrada de um Ruy Mauro Marini e a teoria marxista da dependência, por exemplo. Esse é o grande ponto de partida para a gente pensar os dilemas na área de Ciências Sociais e no campo da revolução brasileira.

Revista NUPEM: Como o senhor avalia o desempenho brasileiro junto aos países latino-americanos no que se refere à definição de políticas de cooperação científica e tecnológica?

Prof. Nildo Ouriques: Ainda nos anos de 1980, na UFSC, nós formamos o Núcleo de Estudos Latino-Americanos (NELA) com simpatizantes e estudantes que desejavam conhecer a realidade latino-americana. Éramos vistos de uma maneira muito rara porque jovens de esquerda pensando a

América latina era uma excentricidade. O tempo foi passando e hoje se percebe que essa problemática está presente diariamente nos principais jornais do Brasil. Jornais conservadores como a Folha de São Paulo, o Estadão, o Globo noticiam diariamente uma, duas páginas inteiras sobre a América latina.

De fato, o Brasil, historicamente, esteve de costas para a América Latina como você mencionou, mas hoje não pode mais porque esses povos se levantaram e foram discutir sua situação socioeconômica. Também não podemos mais ficar de costas porque não podemos ignorar o debate da integração que vem sendo debatida como na Europa com a Comunidade Econômica Européia (Mercado Comum Europeu), na América do Norte com o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), na Ásia com as áreas de co-prosperidades. Hoje, por força da erupção da América Latina no mundo e sua proposta de integração, o Brasil já não pode se manter de costas para os povos latinos.

Contudo, deve-se dizer que o debate precisa mudar de configuração. O tema da integração ainda está muito preso a dinâmica das empresas e, portanto, no terreno da economia. É assim que ocorre no Brasil, que insiste em pensar integração como superávit comercial em relação aos nossos vizinhos. Mas isso já não tem mais viabilidade. O povo venezuelano, equatoriano, boliviano, cubano está pensando em como buscar, mais do que parceria comercial, parceiros estratégicos na emancipação da América Latina. Por isso o discurso brasileiro não avança.

Nesse sentido, Brasil, Bolívia, Equador, Cuba precisam pensar em formar núcleos científicos e tecnológicos. Não podemos dispensar o talento e a imaginação da ciência cubana que de tudo que exporta 15% são produtos de alta tecnologia. Portanto, para além da cooperação científica e aportes financeiros, há que se ter uma concepção política revolucionária. Cuba, Venezuela tem. O Brasil precisa romper a atual apatia elitista.

Revista NUPEM: O governo brasileiro teria legitimidade política e estabilidade econômica para encampar um projeto de tamanha envergadura?

Prof. Nildo Ouriques: Tem, claro que tem! Não é por falta de contato entre

Raul Castro e Lula, entre Lula e Hugo Chavez. Eles se dão super bem. Não é esse o problema. O problema é que tem que mudar a cabeça dos pesquisadores brasileiros, a tua, a minha. Nós não devemos ter compromisso nenhum com a elite empresarial brasileira porque ela é inútil. Só diante de uma orientação firme ela vai trabalhar. Do contrário será predatória e por isso que as faculdades de economia se especializam em empreendedorismo, em inovação. Isso tudo é quinquilharia! Quer fazer essas opções, tudo bem. Agora, pensar que isso vai redimir um país de seu estado de dependência é de uma ignorância completa. Há que ter cooperação produtiva e científica articulados na esfera de ações do MERCOSUL, mas não dependente da lógica empresarial. Os vínculos devem ser realizados sob a dinâmica e o controle estatal em vista dos interesses dos pobres.

Revista NUPEM: Ações dessa natureza poderiam levar o Estado brasileiro a um rompimento diplomático com países do mercado comum europeu e com os Estados Unidos?

Prof. Nildo Ouriques: Mas esse é o principal porque é ali que está todo o problema! E a questão nossa não é ter um bom relacionamento com os Estados Unidos, com a Inglaterra e sim afirmar as nossas prioridades. Se eles não quiserem, danem-se eles! Qual a vantagem em ter um bom relacionamento com os Estados Unidos? Para pagar patentes e *royalties*? Nenhuma vantagem! Pessoalmente não quero nenhuma briga com os gringos, mas se eles quiserem brigar, concretamente, dane-se, dane-se! Nós não somos ovelhas, somos um país! Vão invadir o Brasil, jogar uma bomba atômica? Tudo irreal, tudo irreal! E quando eles vierem tirar satisfação daremos as mesmas respostas que eles deram à Inglaterra no século XIX. Romperam, não pagaram a dívida e por cima ameaçaram não exportar produtos de primeira necessidade para os ingleses. A boa relação com os Estados Unidos expressa os interesses do imperialismo, mas também da elite empresarial brasileira!

Revista NUPEM: Está sugerindo uma reedição da política do Big Stick norteamericano?

Prof. Nildo Ouriques: Não, a política do Big Stick é detestável. Estou sugerindo que o Brasil afirme uma vontade nacional revolucionária própria. Se for contra os Estados Unidos, inclusive contra os Estados Unidos, sem nenhum temor. Do contrário, vamos fazer uma digestão moral da pobreza e viver mais 500 anos sem possibilidade de soberania, em especial no meio intelectual e no meio das universidades. Os Estados Unidos é um país imperialista, não vamos chamá-lo de irmão... Isso é tudo bobeira política, o mundo não é um baile de debutantes, o mundo é hostil, violento e nós temos que nos preparar para isso. Vamos buscar a paz, o sossego, as alianças sim, mas se nossos interesses não forem respeitados, sinto muito, mas nós vamos fazer valer os nossos interesses. É assim que devem ser feitas as coisas.

Notas

[†] Professor Nildo Ouriques esteve na Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (FECILCAM) para proferir a Conferência de abertura, "O desafio científico e tecnológico dos países subdesenvolvidos", durante o IV Encontro de Produção Científica e Tecnológica (EPCT), realizado entre os dias 20 a 23 de outubro de 2009. A entrevista a seguir foi realizada na tarde de 20 de outubro de 2009 e contou, além dos organizadores, com a participação do professor Sérgio Maybuk do Departamento de Ciências Econômicas. Na transcrição da entrevista esteve envolvida Fernanda Cristina Ferro, aluna bolsista do CNPq vinculada ao Programa de Iniciação Científica do Núcleo de Pesquisa Multidisciplinar (PIC/NUPEM).

^{**} Frank Antonio Mezzomo e Antonio Carlos Aleixo são professores da FECILCAM lotados nos Departamentos de Ciências Sociais e Letras, respectivamente.